

CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **34**

*Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2017*



ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



34

Boletim trimestral

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2017

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Junho de 2017

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

No primeiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto aumentou 2,8% em termos homólogos reais, tendo continuado em aceleração face aos trimestres anteriores. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura externa líquida, com as exportações de bens e serviços a crescerem acima das importações. A procura interna manteve um contributo positivo, embora inferior ao do trimestre precedente, fruto da desaceleração do consumo das famílias e da aceleração do investimento. A taxa de desemprego nacional desceu para os 10,1%, a mais baixa dos últimos anos, e o nível de preços cresceu 1,4%. A confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo, enquanto a dos consumidores, apesar de ter melhorado, manteve-se negativa.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, verificou-se um aumento do emprego e uma redução do desemprego em termos homólogos. A taxa de desemprego regional foi de 8,1%, correspondendo a 92,0 mil desempregados, e a taxa de emprego da região foi de 53,5% resultado de uma população empregada de 1.049,2 mil indivíduos. Os custos com o trabalho aumentaram na região, enquanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem diminuiu face ao trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro assistiu-se à diminuição das empresas constituídas, dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e das ações de insolvência face a igual período do ano anterior. O setor da construção continuava a apontar para uma tendência de recuperação, evidenciada pelos significativos aumentos homólogos nos indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. Também o setor do turismo registou mais hóspedes, mais dormidas e mais proveitos face a igual período do ano anterior. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, assistiu-se a uma diminuição homóloga real das saídas de bens e ao abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado regional registaram, neste trimestre, evoluções positivas.

No Centro 2020, até março de 2017, estavam aprovadas 2.616 operações e 653 milhões de euros de fundos comunitários para apoiar investimentos de 1.194 milhões de euros. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos restantes Programas Operacionais tinham sido aprovados 1.892 milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 2,8% em termos homólogos reais, tendo continuado em aceleração face aos trimestres anteriores. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura externa líquida, com as exportações de bens e serviços a crescerem acima das importações. A procura interna manteve um contributo positivo, embora inferior ao do trimestre precedente, fruto da desaceleração do consumo das famílias e da aceleração do investimento. A taxa de desemprego nacional desceu para os 10,1%, a mais baixa dos últimos anos, e o nível de preços cresceu 1,4%, o crescimento mais elevado dos últimos anos. A confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo; já a dos consumidores, apesar de ter melhorado, manteve-se negativa.

2,8%
foi o acréscimo
homólogo real do PIB e

5,5%
a variação homóloga
real do investimento

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
PIB*	v. h. (%)	2,8	2,0	1,7	0,9	1,0	1,4	1,6
Procura interna	v. h. (%)	2,2	2,5	1,0	0,8	1,5	1,5	2,5
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,6	2,3	1,5	1,4	2,2	1,9	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,5	3,6	-1,8	-2,2	-2,1	-0,6	4,7
Taxa de investimento	%	16,0	16,5	15,7	16,3	15,6	16,0	16,3
Exportações	v. h. (%)	9,7	6,6	5,5	1,9	3,6	4,4	6,1
Importações	v. h. (%)	8,0	7,7	3,9	1,5	4,8	4,5	8,2
VAB	v. h. (%)	2,1	1,5	0,8	0,2	0,7	0,8	1,2
Taxa de desemprego	%	10,1	10,5	10,5	10,8	12,4	11,1	12,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,4	0,8	0,7	0,5	0,5	0,6	0,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	-3,4	-8,2	-12,4	-12,6	-11,3	-11,1	-12,3
Indicador de clima económico	%	1,4	1,2	1,3	1,2	0,9	1,1	1,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,065	1,079	1,116	1,129	1,102	1,107	1,110
	v. h. (%)	-3,4	-1,5	0,4	2,2	-2,2	-0,3	-16,5

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,8% face ao trimestre homólogo¹ e acelerou relativamente aos trimestres anteriores, registando a taxa de crescimento mais elevada desde o segundo trimestre de 2010. A aceleração do PIB resultou do aumento do contributo da procura externa líquida, uma vez que a procura interna apresentou um contributo inferior ao do trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para a evolução do PIB, ao crescer 2,2% na comparação homóloga. No entanto, face ao trimestre anterior, verificou-se um abrandamento, resultante da desaceleração do consumo das famílias, que registou uma variação homóloga de 1,6% (inferior à do trimestre precedente). Em contrapartida, ocorreu uma aceleração do investimento, que passou de um crescimento de 3,6% no quarto trimestre de 2016, para 5,5% neste trimestre, com a taxa de investimento a fixar-se nos 16,0%.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Como já referido, a procura externa apresentou, neste trimestre, um contributo líquido positivo para a variação homóloga real do PIB, uma vez que ocorreu uma aceleração mais pronunciada nas exportações de bens e serviços do que nas importações, com aumentos homólogos reais de 9,7% e 8,0%, respetivamente. Tanto nas exportações, como nas importações, quer as componentes de bens, quer de serviços contribuíram para estes crescimentos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,1% em termos homólogos reais, apresentando a taxa de crescimento mais elevada desde o terceiro trimestre de 2010. Destacam-se os aumentos homólogos reais nos ramos da “construção” (7,4%), “indústria” (4,5%), “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (3,1%) e “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (2,9%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego diminuiu para os 10,1%, menos 2,3 pontos percentuais do que no trimestre homólogo, sendo a taxa mais baixa desde o final de 2009. Estimavam-se 523,9 mil indivíduos desempregados no país no primeiro trimestre de 2017, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 19,3 e 116,3 mil indivíduos, respetivamente.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, conheceu um aumento homólogo de 1,4%, o maior dos últimos anos. Das 12 classes, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado”, “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” e “saúde”. As restantes classes registaram aumentos destacando-se, com as contribuições positivas mais relevantes, as classes “transportes” (4,8%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,9%), “comunicações” (2,3%), “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,1%) e “restaurantes e hotéis” (1,8%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores mantiveram-se negativas, notando-se, no entanto, uma melhoria significativa face aos trimestres anteriores. Já a confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo e face aos trimestres precedentes, segundo o indicador de clima económico³, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço inferior para igual quantidade de bens exportados mas num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2017, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa aumentaram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que diminuiu. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem diminuiu face ao trimestre homólogo, enquanto os custos com o trabalho aumentaram.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2017, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo para os 58,2%, situando-se, no entanto, abaixo da média nacional de 58,5%. Como habitual, a taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (65,0% contra 52,2%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascedia a 1.141,2 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro acréscimo de 0,5% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁸ totalizavam 1.099,4 mil indivíduos, menos 1,4% do que no trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos domésticos, reformados e outros inativos e contrariada pelos estudantes com 15 e mais anos.

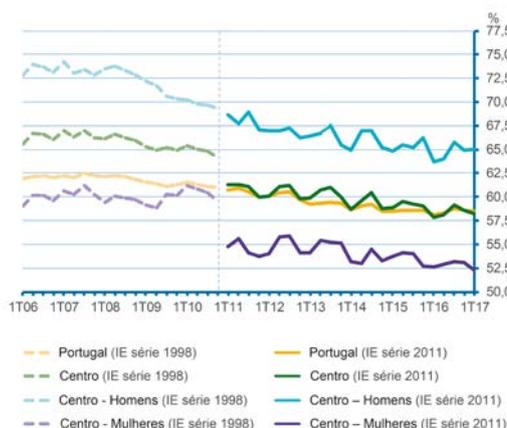
8,1%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre e

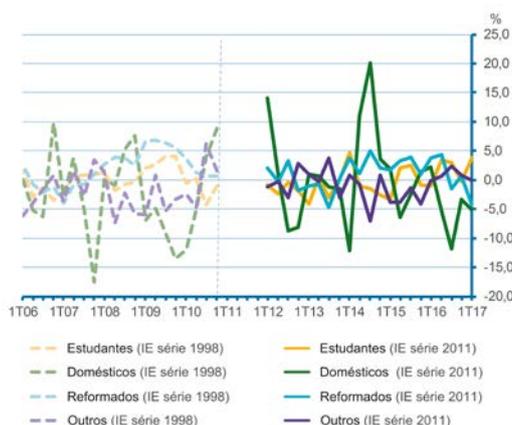
53,5%

foi a taxa de emprego regional

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,5	58,6	58,8	58,3	58,1	58,5	58,6	
Centro	%	58,2	58,6	59,1	58,1	57,8	58,4	59,1	
	v. h. (p.p.)	0,4	-0,4	-0,1	-1,4	-1,1	-0,7	-0,3	
População ativa – Centro	milhares	1.141,2	1.150,8	1.160,7	1.140,9	1.135,4	1.147,0	1.161,4	
	v. h. (%)	0,5	-0,5	-0,2	-2,3	-2,0	-1,2	-0,8	
População inativa – Centro	milhares	1.099,4	1.093,2	1.085,3	1.107,2	1.114,9	1.100,1	1.092,0	
	v. h. (%)	-1,4	0,2	-0,3	1,8	1,2	0,7	-0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	184,7	171,1	169,2	190,3	177,7	177,1	174,9	
	v. h. (%)	3,9	-0,3	2,9	3,5	-1,1	1,3	0,0	
Domésticos	milhares	98,3	100,5	94,5	95,4	103,7	98,5	103,4	
	v. h. (%)	-5,2	-3,4	-11,8	-5,4	2,3	-4,7	-1,4	
Reformados	milhares	370,6	375,7	374,3	377,4	387,5	378,7	372,0	
	v. h. (%)	-4,4	0,7	-1,5	4,4	3,8	1,8	2,4	
Outros	milhares	445,8	445,8	447,3	444,1	446,1	445,8	441,7	
	v. h. (%)	-0,1	0,8	2,4	0,7	-0,2	0,9	-3,3	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no primeiro trimestre de 2017, foi de 53,5%, valor superior ao do trimestre homólogo (52,4%) e à média nacional (52,6%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.049,2 mil indivíduos, valor acima do registado no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução positiva contribuiu de forma mais expressiva o aumento do emprego masculino em 2,9%, dos empregados com 45 ou mais anos, que registaram um acréscimo de 5,2% e do emprego no setor secundário com um crescimento de 2,8%. De destacar ainda que o emprego do setor primário conheceu, neste trimestre, um aumento homólogo de 1,2%, que veio interromper 16 trimestres de retrações consecutivas. Apenas, os empregados dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 44 anos observaram contrações homólogas de 1,8% e 1,2%, respetivamente.

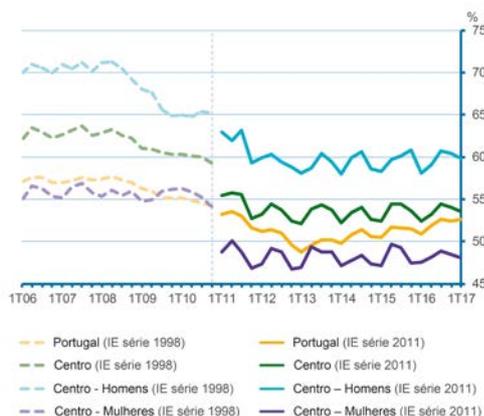
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 3,3% em termos homólogos. Este crescimento foi mais significativo no trabalho a tempo parcial, nos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário como habilitação e nos contratados sem termo.

Já os trabalhadores por conta própria atingiram, neste trimestre, os 222,0 mil indivíduos, tendo uma variação homóloga quase nula. Este comportamento foi impellido pelos empregadores que aumentaram 8,3% e contrariado pelos trabalhadores isolados que sofrem uma variação homóloga de -2,5%.

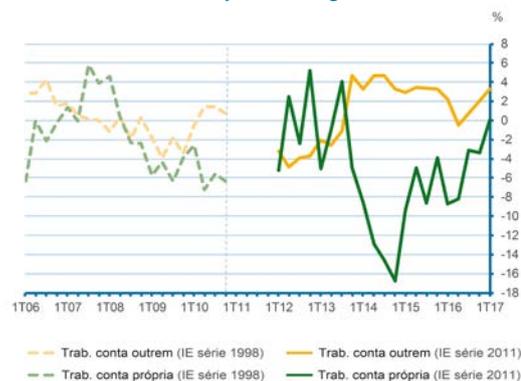
¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

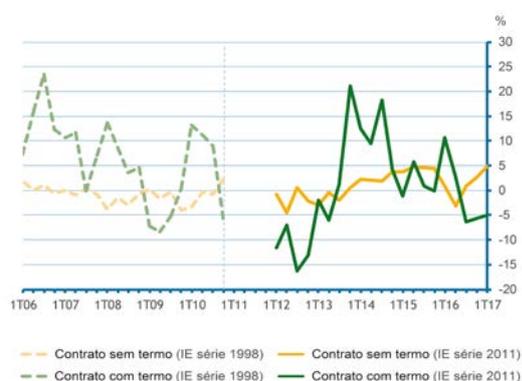
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



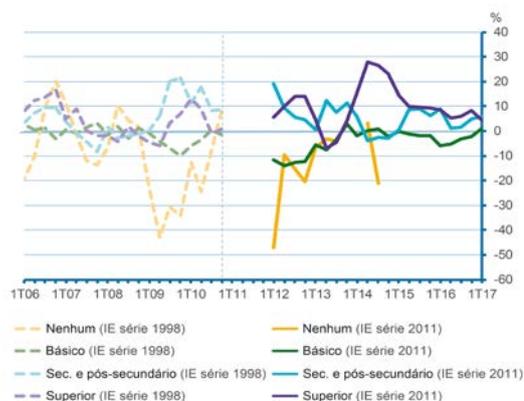
População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹²



Quadro 3 – Emprego		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	52,6	52,4	52,6	51,9	50,9	52,0	51,3
Centro	%	53,5	54,0	54,4	53,2	52,4	53,5	53,7
	v. h. (p.p.)	1,1	0,4	0,0	-1,2	0,0	-0,2	0,7
População empregada – Centro	milhares	1.049,2	1.060,4	1.068,3	1.045,4	1.029,8	1.051,0	1.054,3
	v. h. (%)	1,9	0,8	0,1	-2,2	0,0	-0,3	0,8
Homens	v. h. (%)	2,9	-0,3	1,1	-1,0	-0,4	-0,1	0,3
Mulheres	v. h. (%)	0,8	2,1	-1,0	-3,4	0,5	-0,5	1,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	-1,8	6,1	-4,2	-2,3	9,5	1,9	-1,1
25 - 44 anos	v. h. (%)	-1,2	0,7	1,5	-2,0	1,8	0,5	1,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	5,2	0,4	-0,7	-2,3	-2,5	-1,3	0,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	1,2	-5,1	-11,9	-12,2	-11,8	-10,3	-8,9
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	2,8	6,1	2,7	-0,3	-2,4	1,5	3,9
Serviços	v. h. (%)	1,6	-0,4	1,6	-0,7	3,7	1,0	1,8
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	822,9	829,5	820,5	798,8	796,6	811,4	802,4
	v. h. (%)	3,3	2,0	0,7	-0,5	2,2	1,1	3,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,0	2,6	0,9	-3,2	0,9	0,3	4,4
Contratos com termo	v. h. (%)	-5,0	-5,7	-6,4	2,6	10,6	0,1	1,3
Tempo completo	v. h. (%)	2,4	0,8	0,4	-0,2	3,0	1,0	4,0
Tempo parcial	v. h. (%)	14,9	18,2	5,9	-4,0	-7,6	3,0	-5,7
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	0,0	§	§	§	§	23,1	-20,7
Básico	v. h. (%)	1,3	-2,1	-3,1	-5,4	-6,0	-4,1	-1,4
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	5,7	4,8	1,6	1,3	9,0	4,1	5,9
Superior	v. h. (%)	4,2	8,1	5,8	5,3	8,5	6,9	10,7
Trabalhadores por conta própria	milhares	222,0	225,5	237,8	237,3	221,9	230,7	245,1
	v. h. (%)	0,0	-3,4	-3,1	-8,2	-8,7	-5,9	-6,8
Isolados	v. h. (%)	-2,5	-5,8	-8,4	-8,3	-8,4	-7,7	-8,2
Empregadores	v. h. (%)	8,3	5,1	15,9	-8,0	-9,8	0,5	-1,3

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

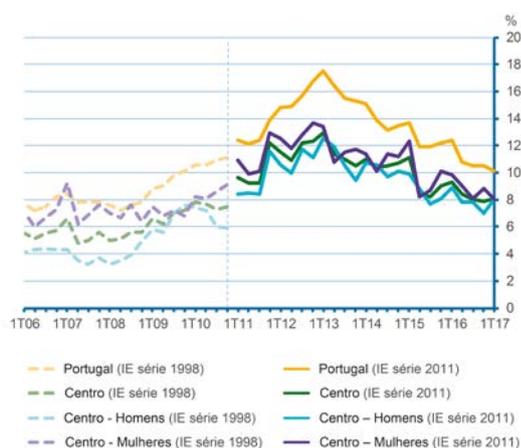
A taxa de desemprego¹³ regional foi de 8,1%, no primeiro trimestre de 2017, tendo diminuído 1,2 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 10,1%, e voltou a ser o mais baixo das sete regiões portuguesas. O escalão etário dos 15 aos 24 anos continua a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 26,4%. A taxa de desemprego das mulheres foi superada pela dos homens (8,0% contra 8,1%), o que já não sucedia desde o segundo trimestre de 2015.

¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

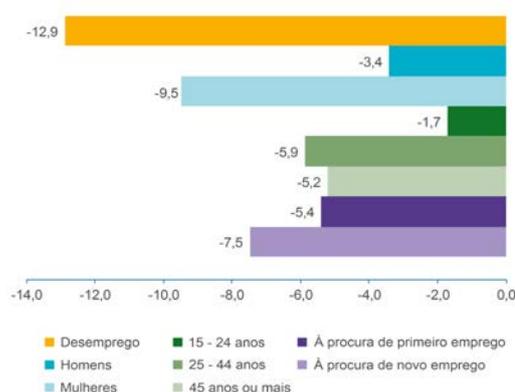
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 92,0 mil indivíduos, menos 12,9% face a igual período do ano anterior. Todas as categorias de desempregados analisadas conheceram quebras homólogas neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados à procura do primeiro emprego (-42,5%), à procura de emprego há 12 ou mais meses (-21,4%) e as mulheres desempregadas (-18,6%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	10,1	10,5	10,5	10,8	12,4	11,1	12,4
Centro	%	8,1	7,9	8,0	8,4	9,3	8,4	9,2
	v. h. (p.p.)	-1,2	-1,1	-0,2	-0,1	-1,8	-0,8	-1,4
Homens	%	8,1	7,0	7,8	7,8	8,9	7,8	8,7
Mulheres	%	8,0	8,8	8,1	9,0	9,8	8,9	9,8
15 - 24 anos	%	26,4	26,9	27,4	25,1	27,8	26,8	28,8
25 - 44 anos	%	7,9	8,0	7,4	8,3	8,9	8,2	9,2
45 anos ou mais	%	5,8	5,1	5,7	6,4	7,0	6,1	6,6
População desempregada – Centro	milhares	92,0	90,5	92,4	95,5	105,6	96,0	107,0
	v. h. (%)	-12,9	-13,6	-3,3	-4,0	-17,7	-10,3	-14,1
Homens	v. h. (%)	-6,9	-15,4	2,2	-13,8	-12,3	-10,2	-17,0
Mulheres	v. h. (%)	-18,6	-11,7	-8,3	7,3	-22,3	-10,3	-11,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	-8,5	-19,0	-6,1	-0,6	-0,5	-7,4	1,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-13,3	0,5	-5,1	-5,9	-29,2	-12,4	-24,8
45 anos ou mais	v. h. (%)	-14,6	-25,0	0,9	-3,3	-8,3	-9,5	-4,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-42,5	-48,3	-26,2	-14,6	-6,9	-26,2	-0,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-8,6	-5,3	2,4	-2,2	-19,1	-7,3	-16,2
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-0,9	-7,9	-13,3	0,3	-8,2	-7,5	-13,0
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-21,4	-17,1	3,6	-6,7	-23,3	-12,1	-14,7

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 791 euros, representando uma diminuição homóloga real de 2,0%, que infletiu a tendência favorável observada desde o quarto trimestre de 2014. Esta evolução do salário médio da região contrariou o padrão nacional, afastando-se da média do país, que se cifrou nos 846 euros.

¹⁴ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

O índice de custo do trabalho¹⁴ aumentou em termos homólogos reais na região (3,1%) e no país (2,5%), contrariando, em termos regionais, o comportamento iniciado no trimestre anterior. Para esta variação contribuiu um crescimento homólogo tanto dos custos salariais suportados pela entidade empregadora, como dos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	846	846	840	838	833	839	828
	v. h. real (%)	0,1	0,7	0,7	1,1	0,5	0,7	1,4
Centro	€	791	798	798	803	796	799	775
	v. h. real (%)	-2,0	0,6	2,6	2,7	4,0	2,5	2,0
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	2,5	-1,8	-0,7	1,0	-1,6	-0,8	2,2
Centro	v. h. real (%)	3,1	-0,6	0,2	1,8	-1,0	0,1	3,8

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No primeiro trimestre de 2017, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir, tal como os novos desempregados. Também as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior.

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 83,2 mil, menos 18,2% face a igual período do ano anterior.

Para este desempenho contribuiu a diminuição homóloga nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-6,0%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 347 novos desempregados (menos 22 do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma variação homóloga negativa de -20,7%. Em termos médios, ocorreram cerca de 89 colocações por dia, menos 23 colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

-18,2%

desempregados registados nos centros regionais de emprego do que no trimestre homólogo e

89

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros regionais de emprego

Quadro 6 – Desemprego Registrado		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	83,2	82,2	86,1	94,4	101,8	91,1	98,7
	v. h. (%)	-18,2	-14,6	-8,2	-3,6	-4,6	-7,6	-13,7
Novos desempregados**	milhares	31,2	31,9	34,3	30,2	33,2	32,4	35,5
	v. h. (%)	-6,0	-13,4	-9,9	-3,7	-6,5	-8,6	-0,2
Colocações do IEFP**	milhares	8,0	6,3	9,2	10,5	10,1	9,0	10,3
	v. h. (%)	-20,7	-28,7	-19,1	-1,0	-0,7	-11,9	12,4

* valores médios trimestrais

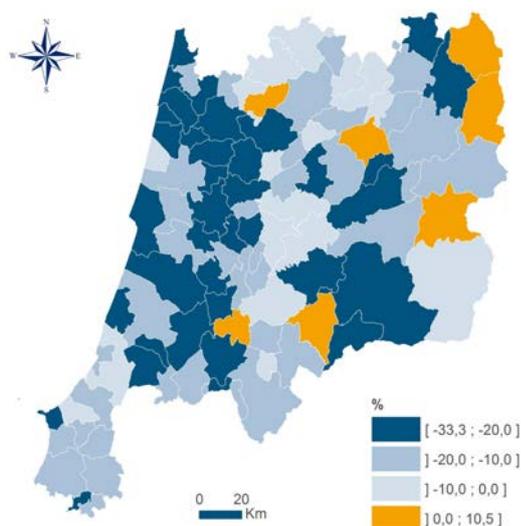
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas sete ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos Figueira de Castelo Rodrigo (10,5%) e Almeida (9,9%). Na maioria dos municípios (93), o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas expressivas reduções homólogas, Ourém (-33,3%), Ansião (-32,0%), Miranda do Corvo (-31,0%), Ovar (-28,9%), Oliveira do Hospital (-28,8%) e Lousã (-28,7%).

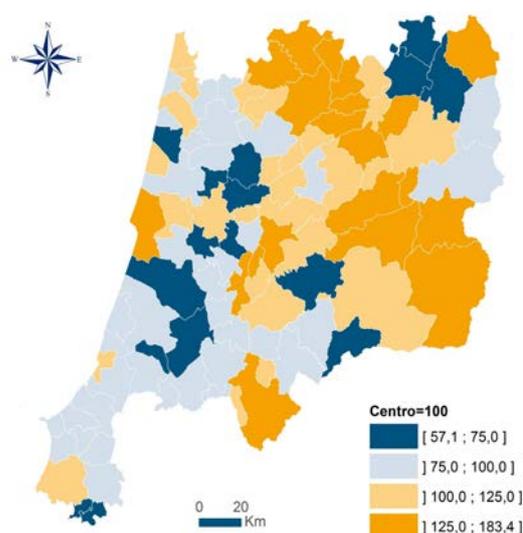
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2015.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 53 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (57,1), Meda (58,3) e Mortágua (63,7). Dos 47 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 155, os municípios de Idanha-a-Nova (183,4), Castanheira de Pera (179,4), Vila Nova de Paiva (159,1), Penalva do Castelo e Castro Daire (ambos com 155,5).

Variação homóloga do desemprego registado no primeiro trimestre de 2017



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2017¹⁵



EMPRESAS

-3,5%

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

-18,9%

a variação das ações de insolvência na região

No primeiro trimestre de 2017, na Região Centro, assistiu-se, face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas, dos empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro e das ações de insolvência. O crédito vencido continuou a apresentar níveis bastante elevados.

Neste trimestre, foram constituídas 1.850 empresas na Região Centro, o que corresponde a uma diminuição homóloga de 3,5% (contrariando o aumento nacional de 9,0%), mas evidencia um aumento significativo face ao trimestre anterior. Em termos médios, foram criadas 21 novas empresas por dia na região, enquanto no país eram criadas 133 novas empresas diariamente (mais 11 do que no trimestre homólogo).

As ações de insolvência¹⁶ na região registaram uma quebra homóloga de 18,9%, valor muito superior à evolução nacional (-3,5%) e aos trimestres anteriores, o que resultou em 364 ações neste trimestre. Em média, por dia, em Portugal ocorreram 24 ações de insolvência, das quais quatro eram de empresas com sede na Região Centro.

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra registada nos últimos anos, verificando-se até a sua intensificação desde o terceiro trimestre de 2015. Assim, a evolução homóloga real na região foi de -5,7%, enquanto a média nacional se fixou nos -8,1%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, aumentou em relação ao trimestre anterior, mas diminuiu em termos homólogos. Deste modo, no primeiro trimestre de 2017, este indicador fixou-se nos 12,7% na região, situando-se ligeiramente abaixo do máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2016 (de 13,2%), e nos 15,5% no país.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	11.938	8.530	7.987	9.354	10.954	9.206	9.373	
	v. h. (%)	9,0	2,1	-0,5	-0,9	-6,2	-1,8	6,9	
Centro	número	1.850	1.274	1.288	1.468	1.918	1.487	1.639	
	v. h. (%)	-3,5	-5,3	-10,0	-10,8	-10,1	-9,3	10,7	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	76.381	76.989	79.854	80.986	81.990	79.955	84.623	
	v. h. real (%)	-8,1	-7,3	-6,0	-6,0	-5,2	-6,1	-4,4	
Centro	milhões €	14.068	14.047	14.502	14.681	14.704	14.484	14.913	
	v. h. real (%)	-5,7	-4,9	-3,6	-2,8	-2,5	-3,5	-1,4	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	15,5	15,2	16,1	16,1	16,0	15,9	15,8	
Centro	%	12,7	12,3	13,2	13,0	12,9	12,9	12,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	2.137	1.860	1.488	2.216	2.215	1.945	1.943	
	v. h. (%)	-3,5	-2,7	-3,9	3,4	2,2	0,1	7,7	
Centro	número	364	369	298	410	449	382	390	
	v. h. (%)	-18,9	-2,6	-11,3	-4,2	7,7	-2,2	11,0	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

6,1%foi a diminuição
homóloga real das saídas
de bens da região e**6,6%**foi o crescimento homólogo
real das entradas de bens na
região

No primeiro trimestre de 2017, na Região Centro, assistiu-se, por um lado, a uma contração homóloga real das saídas de bens e, por outro lado, a um abrandamento do crescimento homólogo real das entradas de bens. A diminuição das saídas foi mais significativa no mercado extracomunitário, enquanto que o crescimento das entradas teve a sua maior expressão no mercado intracomunitário.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma contração homóloga real¹⁷ de 6,1%, contrariando o aumento da média nacional de 12,7%, e interrompendo 15 trimestres consecutivos de aumentos. Esta evolução é explicada pela desaceleração verificada nos mercados intra e extracomunitários. Neste sentido, as saídas de bens para o mercado intracomunitário sofreram, pela primeira vez, desde o segundo trimestre de 2013, uma quebra (-5,8%). Já o mercado extracomunitário retomou o comportamento de quebra registado nos três primeiros trimestres de 2016, cifrando-se nos -7,2%.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	13.991,8	13.129,8	12.396,2	12.837,5	11.950,6	12.578,5	12.451,6
	v. h. real (%)	12,7	5,4	6,2	3,7	2,2	4,4	5,9
Intracomunitárias	milhões €	10.421,5	9.489,6	9.297,3	9.799,7	9.269,4	9.464,0	9.060,9
	v. h. real (%)	8,3	4,1	10,4	9,2	8,1	7,9	8,8
Extracomunitárias	milhões €	3.570,3	3.640,2	3.098,9	3.037,8	2.681,2	3.114,5	3.390,7
	v. h. real (%)	28,2	8,7	-4,8	-10,7	-14,0	-5,1	-1,1
Centro	milhões €	2.703,5	2.834,2	2.658,1	2.854,2	2.771,5	2.779,5	2.743,9
	v. h. real (%)	-6,1	2,1	4,6	5,6	6,5	4,6	21,2
Intracomunitárias	milhões €	2.153,6	2.132,5	2.053,0	2.269,9	2.201,2	2.164,1	2.089,5
	v. h. real (%)	-5,8	2,1	7,1	9,8	9,1	7,0	21,5
Extracomunitárias	milhões €	549,9	701,6	605,1	584,4	570,3	615,4	654,4
	v. h. real (%)	-7,2	2,0	-3,3	-8,3	-2,5	-2,9	20,3
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	16.585,1	16.230,0	15.088,5	15.425,7	14.389,7	15.283,5	15.086,2
	v. h. real (%)	8,4	6,7	4,9	3,1	6,7	5,3	7,8
Intracomunitárias	milhões €	12.653,7	12.644,4	11.584,8	12.044,7	11.252,6	11.881,6	11.546,5
	v. h. real (%)	5,8	6,9	6,5	7,3	7,1	7,0	10,3
Extracomunitárias	milhões €	3.931,4	3.585,6	3.503,7	3.380,9	3.137,1	3.401,8	3.539,7
	v. h. real (%)	17,9	6,0	0,0	-9,7	5,3	-0,1	0,2
Centro	milhões €	2.220,9	2.078,9	1.951,0	2.093,7	1.959,3	2.020,7	1.941,9
	v. h. real (%)	6,6	6,8	8,3	8,2	9,6	8,2	10,8
Intracomunitárias	milhões €	1.813,5	1.762,3	1.611,2	1.744,2	1.588,1	1.676,4	1.618,1
	v. h. real (%)	7,4	8,8	8,3	7,6	6,2	7,7	9,3
Extracomunitárias	milhões €	407,4	316,6	339,8	349,5	371,2	344,3	323,9
	v. h. real (%)	3,2	-3,2	8,6	11,4	26,9	10,5	19,1

*Os valores de 2015 são definitivos e os de 2016 e 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

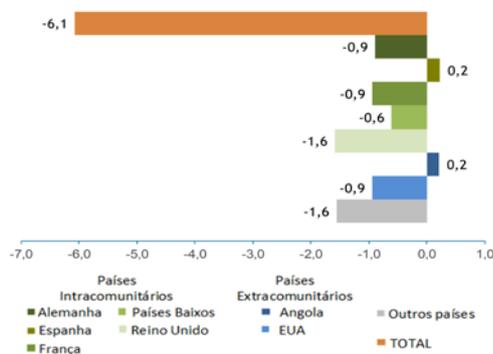
Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em dez, com destaque para as secções “produtos do reino vegetal” (25,4%), “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (15,4%), “metais comuns e suas obras” (14,2%) e “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (10,9%), que representavam, no seu conjunto, 31% das saídas de bens da região no trimestre. A quebra homóloga real mais significativa ocorreu na secção “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-70,0%).

Analisando as saídas de bens da região por países de destino, com base naqueles com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constata-se que os países que mais contribuíram para a variação homóloga regional de -6,1% foram, no mercado intracomunitário, o Reino Unido, a Alemanha e a França (que no conjunto contribuíram em -3,4 p.p. para a variação total) e no mercado extracomunitário, os EUA (-0,9%). A contrariar esta evolução temos os contributos positivos de Angola e Espanha, ambos de 0,2%.

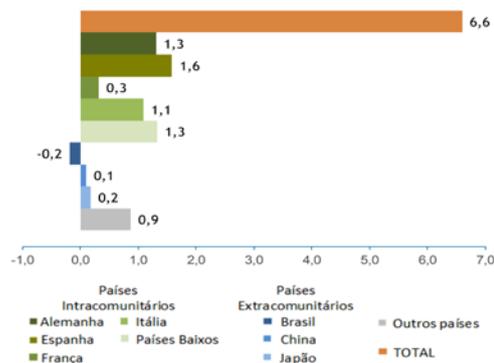
¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que representavam no seu conjunto mais de 68% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Contributos dos países para a taxa de variação homóloga das saídas de bens no Centro (%)



Contributos dos países para a taxa de variação homóloga das entradas de bens no Centro (%)



Ao contrário das saídas, as entradas de bens na Região Centro registaram um crescimento homólogo real de 6,6%, abaixo da média nacional de 8,4%, evidenciando, um abrandamento face aos trimestres anteriores. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução positiva na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países da União Europeia sido mais significativo (7,4% contra 3,2%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas em oito das 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “produtos das indústrias

químicas ou das indústrias conexas" (24,3%), "metais comuns e suas obras" (19,2%) e "máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios" (16,5%), responsáveis, no seu conjunto, por 43% das entradas de bens na região no trimestre. A maior quebra ocorreu na secção "madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria" (-8,9%).

Do lado das entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, neste trimestre, verificou-se que os cinco principais países importadores da região, no mercado intracomunitário, contribuíram favoravelmente para o crescimento homólogo de 6,6%. No mercado extracomunitário, apenas as importações provenientes do Brasil contrariaram o comportamento registado.

TURISMO

6,7%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros da região e

7,2%

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

A Região Centro conseguiu captar, no primeiro trimestre de 2017, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

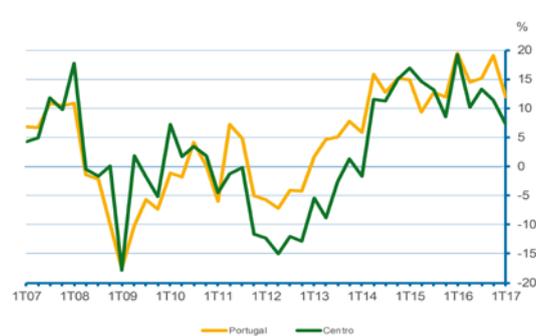
Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 6,7% de hóspedes do que em igual período do ano anterior, tendo este aumento igualado o da média nacional. Face ao período homólogo, também se registaram na região mais dormidas (2,4%), embora abaixo da média nacional de 5,6%. A estada média cifrou-se em 1,6 noites na Região Centro e 2,6 noites em termos nacionais, mantendo-se inalterada face ao trimestre anterior e homólogo.

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 7,2%, valor abaixo da média nacional de 11,9%. Para esta evolução regional foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 6,2%), que representavam, neste trimestre, cerca de 66% dos proveitos totais.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	3.439	4.021	6.516	5.301	3.221	4.765	4.340
	v. h. (%)	6,7	11,7	7,4	8,1	15,7	9,8	7,8
Centro	milhares	512	609	995	751	480	709	645
	v. h. (%)	6,7	10,4	9,9	7,9	12,6	9,9	10,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	8.840	10.415	20.058	14.674	8.369	13.379	12.213
	v. h. (%)	5,6	12,8	6,2	8,2	16,6	9,6	5,9
Centro	milhares	798	995	1.909	1.259	779	1.235	1.126
	v. h. (%)	2,4	10,3	9,7	7,2	13,4	9,7	8,7
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	2,6	2,6	3,1	2,8	2,6	2,8	2,8
Centro	n.º noites	1,6	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	448.928	561.605	1.173.359	769.958	395.500	725.106	619.746
	v. h. real (%)	11,9	19,0	15,2	14,4	19,5	16,3	12,0
Centro	milhares €	38.367	47.640	88.898	56.641	35.300	57.120	50.271
	v. h. real (%)	7,2	11,4	13,2	10,2	19,2	12,9	13,1

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2016 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O primeiro trimestre de 2017 continua a apontar para uma tendência de recuperação no setor da construção, evidenciada pelos significativos aumentos homólogos nos indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. No entanto, das variáveis relativas ao crédito à habitação, apenas o crédito vencido conheceu uma evolução favorável.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.387 edifícios, representando um aumento de 22,5% face ao trimestre homólogo e uma aceleração face aos dois trimestres anteriores. Os restantes indicadores do licenciamento também apresentaram uma dinâmica regional favorável, com aumentos homólogos significativos. Assim, na comparação homóloga, o licenciamento de construções novas na região cresceu 20,7% e o licenciamento de novos fogos para habitação familiar 37,0%. O setor da construção, que foi um dos mais afetados pela crise, parece, de forma sustentada, estar a dar sinais de retoma a avaliar pela dinâmica do licenciamento.

Os edifícios concluídos aumentaram 18,4%, na região, face a igual período do ano anterior, retomando, de forma muito mais expressiva, o comportamento positivo observado no terceiro trimestre de 2016 (que tinha interrompido 37 trimestres de quebras consecutivas). Para este padrão regional contribuiu o forte acréscimo homólogo das conclusões de construções novas em 23,5%. Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar aumentaram em 26,3% face ao período homólogo. Em termos nacionais intensificou-se a evolução favorável registada no trimestre anterior, com os edifícios concluídos a conhecer um crescimento homólogo de 15,9%.

37,0%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região

-6,1%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015	
		média trimestral							
Edifícios licenciados*									
Portugal	número	4.908	4.385	4.189	4.316	3.832	4.181	3.737	
	v. h. (%)	28,1	17,0	18,7	16,1	-3,1	11,9	-3,3	
Centro	número	1.387	1.347	1.191	1.263	1.132	1.233	1.160	
	v. h. (%)	22,5	14,6	6,6	9,1	-4,8	6,3	-11,9	
Construções novas	número	908	873	776	798	752	800	754	
	v. h. (%)	20,7	17,5	6,0	4,3	-2,8	6,1	-2,9	
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	37,0	45,1	18,4	27,5	12,0	26,7	11,5
Edifícios concluídos* **									
Portugal	número	2.887	2.652	2.652	2.456	2.491	2.563	2.743	
	v. h. (%)	15,9	1,6	-2,6	-10,7	-13,8	-6,6	-19,2	
Centro	número	939	825	887	798	793	826	919	
	v. h. (%)	18,4	-5,4	1,6	-14,8	-20,1	-10,1	-21,7	
Construções novas	número	662	570	598	530	536	559	599	
	v. h. (%)	23,5	-0,5	4,2	-11,7	-17,4	-6,8	-21,9	
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	26,3	59,2	33,7	3,6	6,6	23,4	-31,9
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-4,5	-3,9	-3,2	-3,1	-3,2	-3,4	-3,8	
Centro	v. h. real (%)	-4,1	-3,6	-3,0	-2,9	-3,1	-3,1	-3,7	
Crédito à habitação vencido***									
Portugal	v. h. real (%)	-7,2	-9,6	3,8	5,0	2,9	0,4	3,4	
Centro	v. h. real (%)	-6,1	-8,2	5,0	6,2	5,8	2,1	4,0	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1.107,3	1.090,7	1.072,3	1.059,7	1.048,0	1.067,7	1.029,3	
	v. h. real (%)	4,2	3,6	2,6	3,0	3,1	3,1	1,6	
Centro	€/m ²	905,0	892,0	879,0	876,7	854,0	875,4	850,9	
	v. h. real (%)	4,5	3,6	2,7	2,4	0,4	2,3	0,7	

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** Os valores de 2016 e 2017 são dados provisórios estimados. A informação anterior corresponde a dados revistos.

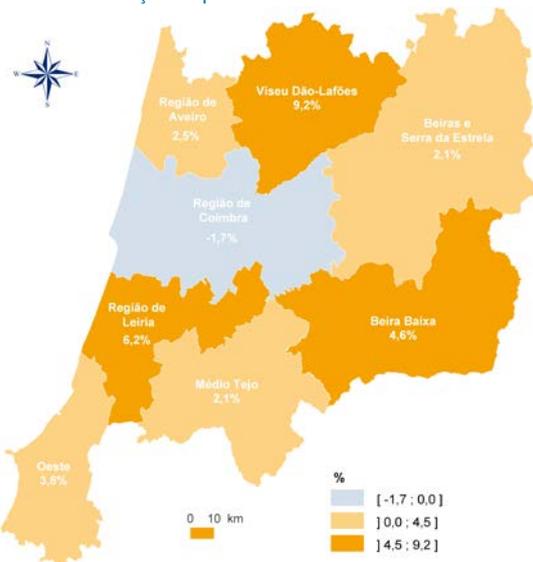
*** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram a cair no primeiro trimestre de 2017, tendo sido observada uma variação homóloga real de -4,1% na região e de -4,5% no país. Já o crédito à habitação vencido voltou a diminuir, em termos homólogos reais, 6,1% na região e 7,2% no país, dando continuidade à contração iniciada no trimestre anterior, e que veio contrariar a tendência de aumentos sucessivos que se registavam desde há seis anos. Apesar desta evolução favorável, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido continua a evidenciar, neste trimestre, valores muito próximos (2,7% na região e 2,9% no país) dos máximos registados no passado (2,8% na região e 3,1% no país).

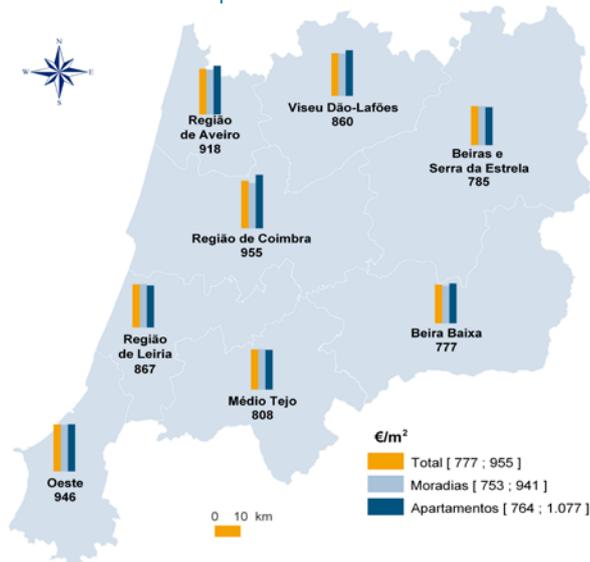
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,5% em termos homólogos reais, ligeiramente acima da média nacional de 4,2%, sendo cada metro quadrado destinado a habitação avaliado pelas entidades bancárias em 905 euros (mais 51 euros por metro quadrado do que no trimestre homólogo). Apenas na Região de Coimbra o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes sete sub-regiões da Região Centro, destacam-se, pelas variações homólogas mais expressivas Viseu Dão-Lafões (9,2%) e Região de Leiria (6,2%).

Ambas as tipologias de habitação contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um aumento de 5,3% em termos homólogos reais no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 3,5% nas moradias. A Região de Coimbra, apesar da diminuição do valor médio da avaliação bancária em termos homólogos reais, manteve-se como a sub-região com a avaliação mais elevada (955€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.077€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (941€/m²), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (753€/m²). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais (777€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2017



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2017



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015. No que respeita ao consumo privado, a maioria dos indicadores apresentaram evoluções positivas.

Os níveis médios de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, face ao trimestre homólogo, um aumento de 1,3%, valor que ficou ligeiramente abaixo da média nacional (de 1,4%) e deu continuidade à tendência de aumento iniciada no segundo trimestre de 2015, após uma série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos os “transportes” (5,7%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,6%), as “comunicações” (2,3%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,0%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: a “saúde” (-0,7%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,7%) e o “vestuário e calçado” (-0,1%).

1,3%

foi a taxa de inflação homóloga regional e

3,1%

foi o crescimento homólogo real regional do crédito concedido para consumo

Quadro 11 – Preços		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	1,4	0,8	0,7	0,5	0,5	0,6	0,5	
Centro	v. h. (%)	1,3	0,7	0,7	0,4	0,4	0,5	0,3	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,0	0,4	1,4	0,2	-0,5	0,4	1,2	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,6	1,9	1,5	2,1	3,8	2,3	4,0	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-0,1	0,6	3,0	1,3	-0,6	1,0	-1,6	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,6	0,5	-0,1	0,2	0,2	0,2	-0,5	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,7	-0,8	-0,3	0,7	1,0	0,1	0,7	
Saúde	v. h. (%)	-0,7	-0,9	-1,0	-1,1	-0,3	-0,8	0,4	
Transportes	v. h. (%)	5,7	1,9	-0,9	-1,5	-1,4	-0,5	-1,7	
Comunicações	v. h. (%)	2,3	4,4	2,2	2,7	4,5	3,4	4,0	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,8	1,5	0,4	1,1	1,9	1,2	-0,7	
Educação	v. h. (%)	1,0	1,0	0,4	0,4	0,4	0,6	0,7	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,0	0,0	1,6	1,2	0,5	0,8	1,1	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,1	0,3	1,0	1,0	1,6	0,9	0,7	

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, neste trimestre, na região e no país, ao aumento homólogo dos empréstimos concedidos para consumo, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, os quais apontam para uma evolução favorável do consumo privado. O crédito para consumo, que, no terceiro trimestre de 2016, tinha infletido a tendência de quebra registada desde o terceiro trimestre de 2010, voltou a acelerar ligeiramente, neste trimestre, registando uma variação homóloga real de 3,1%. O peso do crédito para consumo vencido voltou a diminuir face ao período homólogo e ao período anterior, cifrando-se nos 10,8% no Centro e nos 11,9% no país, continuando, de forma sustentada, a distanciar-se dos valores máximos atingidos no passado (13,6% e 14,9%, respetivamente).

Já as importações de bens de consumo cresceram 0,5% em termos homólogos reais, contrariando a média nacional que diminui em 0,4%, mas evidenciando, no entanto, um maior abrandamento face aos trimestres anteriores. As receitas de cinema registaram uma diminuição homóloga real de 4,7% na Região Centro e de 3,3% em Portugal, contrariando o comportamento do trimestre anterior.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T17	4T16	3T16	2T16	1T16	2016	2015
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo ⁺								
Portugal	v. h. real (%)	-0,4	5,9	8,5	12,3	10,7	9,3	12,5
Centro	v. h. real (%)	0,5	9,7	12,1	14,6	11,0	11,8	10,9
Receitas de cinema ^{**}								
Portugal	v. h. real (%)	-3,3	3,7	-0,9	-14,9	21,7	2,3	19,0
Centro	v. h. real (%)	-4,7	1,0	-5,2	-20,6	22,2	-1,1	26,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ^{***}								
Portugal	v. h. real (%)	2,1	0,7	-0,4	-1,4	-2,3	-2,9	-5,0
Centro	v. h. real (%)	3,1	2,1	0,5	-0,4	-1,3	-1,9	-4,8
Crédito vencido para consumo e outros fins ^{***} (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	11,9	12,2	13,8	13,9	13,9	13,5	14,6
Centro	%	10,8	11,1	12,6	12,7	12,8	12,3	13,2
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	0,3	1,4	1,6	0,9	1,5	1,4	0,7
Centro	v. h. real (%)	0,3	1,4	2,5	0,9	1,6	1,6	0,8
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	7,0	5,6	0,5	3,7	0,3	2,5	3,6
Centro	v. h. real (%)	6,1	5,9	0,3	3,4	0,9	2,5	3,2
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	7,4	8,4	8,4	7,3	7,3	7,9	6,9
Centro	v. h. real (%)	6,6	8,5	7,7	6,3	7,2	7,5	5,3

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2015 são definitivos e os de 2016 e 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2017 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No Centro 2020, até março de 2017, estavam aprovadas 2.616 operações e 653 milhões de euros de fundos comunitários para apoiar investimentos de 1.194 milhões de euros. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos restantes Programas Operacionais tinham sido aprovados 1.892 milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

2.616

operações aprovadas no Centro 2020 e

653

milhões de euros de fundos comunitários aprovados até março de 2017

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional Mar2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 2.545 milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional Mar2020.

Até ao final do primeiro trimestre de 2017, encontrava-se aprovado um total de 2,5 mil milhões de euros de fundos comunitários para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do Portugal 2020. O Centro 2020 (Programa Operacional Regional), o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) foram os que mais fundos mobilizaram para a região.

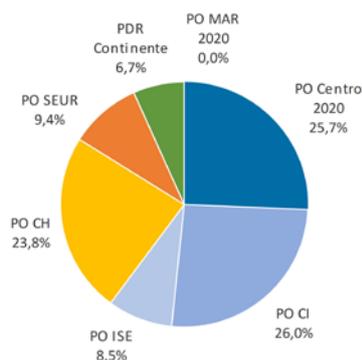
FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas na Região Centro no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020 (31 de março de 2017)



Centro 2020

Até março de 2017, mais de metade dos fundos programados do Centro 2020 (55,2%) tinham já sido colocados a concurso nos 127 avisos abertos, tendo sido apresentadas 6.423 candidaturas, com intenções de investimento de 2,8 mil milhões de euros. Foram aprovadas 2.616 operações, que previam, no seu conjunto, um investimento total na região de 1.194,3 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 652,9 milhões de euros de fundos comunitários. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento de 457 mil euros e um cofinanciamento de 250 mil euros de apoios comunitários.

Quadro 13 - Monitorização do Centro 2020: Concursos, Candidaturas e Aprovações (valores acumulados)

		março 2017	dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016	março 2016
Concursos						
Total	número	127	116	107	93	68
Fundo comunitário	milhões €	1.189,4	1.096,0	971,9	922,2	530,5
	% da dotação de fundo	55,2	50,9	45,1	42,8	24,6
Em aberto	número	20	15	25	21	10
Fundo comunitário	milhões €	409,1	346,9	456,1	492,5	189,7
Encerrados	número	107	101	82	72	58
Fundo comunitário	milhões €	780,3	749,1	515,8	429,8	340,8
Candidaturas apresentadas						
Total	número	6.423	6.306	5.649	4.975	3.768
Investimento total previsto	milhões €	2.770,9	2.659,1	2.331,8	1.934,5	1.351,1
Operações aprovadas						
Total	número	2.616	2.469	1.790	1.542	1.229
Investimento total	milhões €	1.194,3	1.086,9	750,7	543,3	364,5
Investimento elegível	milhões €	1.026,0	937,6	631,2	444,8	289,3
Fundo comunitário	milhões €	652,9	577,0	380,7	264,0	164,1

O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial no domínio da competitividade e internacionalização, dada a situação económica do país e os objetivos estipulados para estimular o investimento produtivo gerador de emprego. De facto, o sistema de incentivos às empresas absorvia 2.235 das operações aprovadas e 440,8 milhões de euros de fundo, correspondendo a 85% das operações e a 68% dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020. As prioridades de investimento (PI) 3.1, 3.2 e 3.3, que operacionalizam o eixo 2 – Competitividade e internacionalização da economia regional (Competir) do Programa Operacional Regional, assumiam um grande relevo, enquanto as PI 1.2 e 8.5, relacionadas com investigação e desenvolvimento e empregabilidade nas empresas, respetivamente, apresentavam menor importância nas aprovações.

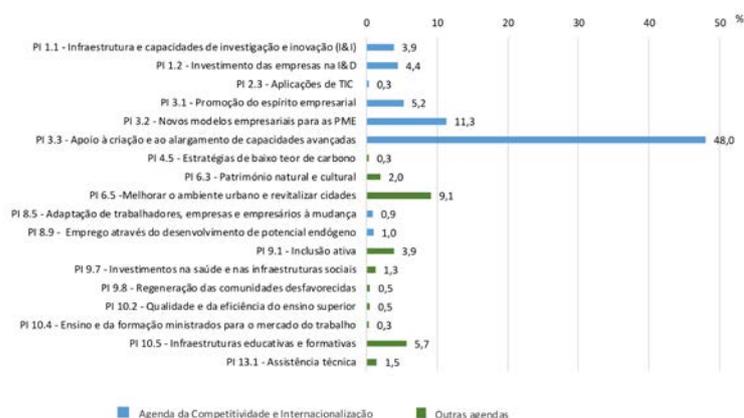
Também na área da investigação científica e tecnológica, mas saindo da esfera exclusivamente das empresas, destacava-se a PI 1.1 que abrange todo o tipo de entidades que desenvolvem atividades de investigação e inovação (designadamente as do Sistema Científico e Tecnológico). Absorvendo 3,9% dos fundos aprovados, traduzia-se em apoios para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da I&D, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Para além do investimento empresarial, destacavam-se os apoios aos investimentos em reabilitação urbana (PI 6.5), na inclusão ativa de grupos vulneráveis (PI 9.1), designadamente na realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção, e em infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (PI 10.5).

Quadro 14 - Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento e Tipologia (31 de março de 2017)

Prioridade de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Fundos aprovados
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica	44	29.963	29.722	25.264
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Sistema de incentivos às empresas - I&DT	157	31.184	29.290	20.525
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	13	21.396	18.311	8.463
PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	7	3.824	2.430	2.066
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial (...), criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	248	40.297	34.619	25.552
	Sistema de apoio a ações coletivas	30	12.596	10.016	8.514
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	648	205.907	152.404	69.460
	Sistema de apoio a ações coletivas	15	6.297	5.075	4.314
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Instrumentos Financeiros	2	88.571	88.571	50.000
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	386	443.292	402.217	249.783
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	485	52.485	25.759	13.558
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	Mobilidade Urbana Sustentável	16	2.731	2.404	2.044
PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Património natural e cultural	20	16.709	15.138	12.867
PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas	Reabilitação urbana	98	57.663	51.672	43.921
	Instrumentos Financeiros	2	36.402	36.200	15.639
PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	135	3.462	2.913	1.913
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	161	2.650	2.201	1.539
	Emprego altamente qualificado nas empresas	32	4.989	4.989	2.494
PI 8.9 - Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento de potencial endógeno	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	6	7.673	7.539	6.408
PI 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e de participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	1	29.576	29.576	25.140
PI 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	18	11.104	9.639	8.193
PI 9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	12	3.779	3.550	3.017
	Instrumentos Financeiros	1	948	943	407
PI 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior	Qualidade das ofertas e Igualdade no acesso ao ensino superior	6	4.296	4.296	3.061
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado do trabalho	Ensino profissional para jovens	5	2.576	2.576	2.189
PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Infraestruturas de ensino básico e secundário	55	60.501	43.447	36.930
PI 13.1 - Assistência técnica	Assistência técnica	13	13.415	10.528	9.609
TOTAL CENTRO 2020		2.616	1.194.287	1.026.026	652.871

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por prioridade de investimento (31 de março de 2017)



De salientar ainda que 48% dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeitavam à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir que uma parte relevante do valor desta PI (50 milhões de euros) estava afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

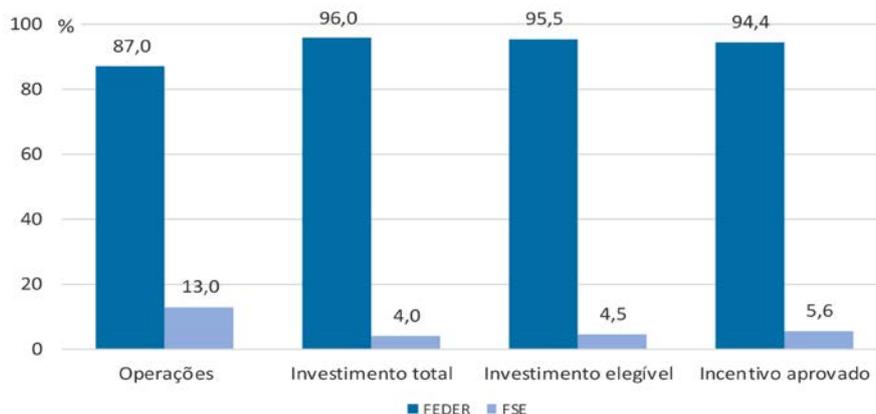
SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica

I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico

QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas

A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no Centro 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE. No entanto, até ao final de março de 2017, a grande pressão era sobre o FEDER (94,4% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda muito distante dos montantes programados. Deste modo, embora a grande maioria das aprovações (2.276) tivesse cofinanciamento FEDER, estavam aprovadas 340 operações com comparticipação de FSE (36,3 milhões de euros), correspondendo a 9,0% da dotação programada e 5,6% do incentivo aprovado até à data.

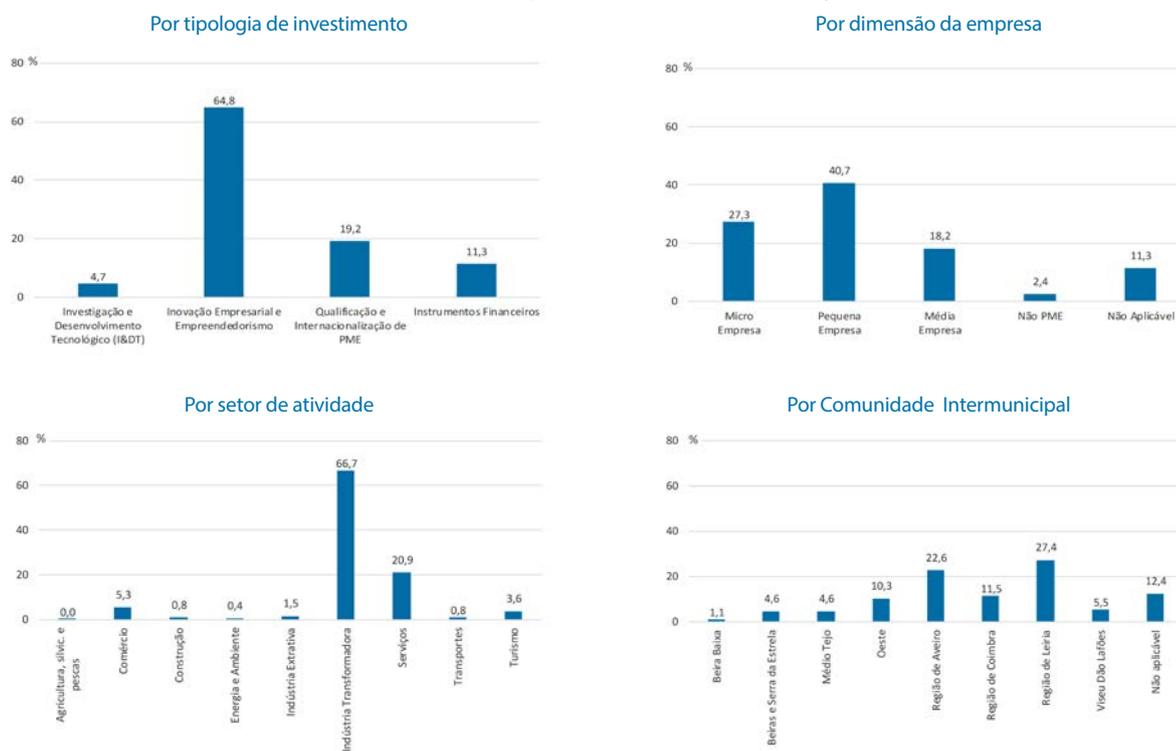
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por tipologia de fundo (31 de março de 2017)



Estas operações apoiadas pelo FSE correspondiam a projetos de incentivo à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundos aprovados), projetos de formação de empresários e trabalhadores integrados em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,5 milhões de euros), bolsas de ensino superior para a mobilidade e de cursos técnicos superiores profissionais (3,1 milhões de euros), projetos de contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros) e de ensino profissional para jovens (2,2 milhões de euros).

No que respeitava apenas ao sistema de incentivos às empresas no Centro 2020, e como já foi referido, estavam aprovadas 2.235 operações e 440,8 milhões de euros de fundos comunitários para apoiar investimentos no total de 884,2 milhões de euros. Deste valor de fundo comunitário, 64,8% referia-se a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo, enquanto apenas 4,7% respeitava a projetos de I&DT.

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do Centro 2020 (31 de março de 2017)



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas empresas (40,7%) e à indústria transformadora (66,7%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Até esta fase, a gestão do Portugal 2020 esteve muito focada no lançamento de avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada, nomeadamente com as várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, consequentemente, do investimento privado e público no país. Deste modo, até final do primeiro trimestre de 2017, estavam validados 110,7 milhões de euros de fundos comunitários, o que corresponde, a uma taxa de execução de 5,1%.

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: Execução e Indicadores Financeiros (valores acumulados)

		março 2017	dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016
Execução financeira					
Despesa validada					
Investimento (custo) elegível	milhares €	161.411	103.134	64.732	26.656
Fundos comunitários	milhares €	110.659	71.975	46.814	17.561
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	152.460	109.433	57.011	30.643
Indicadores financeiros					
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	30,3	26,8	17,7	12,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	5,1	3,3	2,2	0,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	16,9	12,5	12,3	6,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	23,4	19,0	15,0	11,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	137,8	152,0	121,8	174,5

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 152,5 milhões de euros, sendo superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 23,4% e numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) bastante superior a 100% (137,8%).

Portugal 2020 no Centro

Até março de 2017, estavam aprovados cerca de 1,9 mil milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do Portugal 2020 na Região Centro – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP.

Para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro podem também candidatar os seus projetos ao programa operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020, no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas, orientados para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa.

Assim, até ao final de março de 2017, estavam aprovados no Compete 2020, 839 operações com investimento na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 661,1 milhões de euros e um investimento previsto de 1.491 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia um investimento na região de 1,8 milhões de euros e um cofinanciamento de 788 mil euros de fundos europeus.

PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

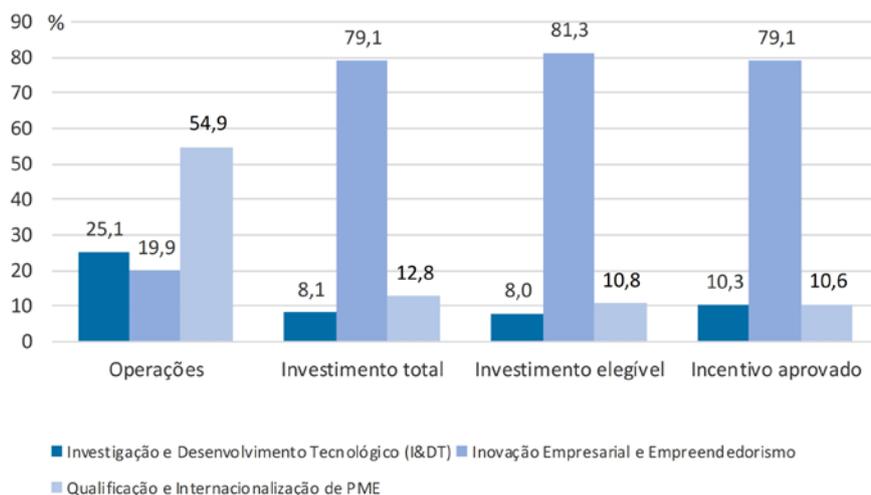
Quadro 16 - Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento e Tipologia, na Região Centro (31 de março de 2017)*

Prioridade de investimento	Tipologia	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Sistema de incentivos às empresas - I&DT	211	121.311	108.038	68.185
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	31	554.979	525.985	167.081
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas e ações coletivas	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	250	146.016	110.359	52.633
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	99	617.709	568.891	352.714
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	152	43.377	33.992	16.722
PI 8.5 - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	99	617.709	568.891	352.714
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	152	43.377	33.992	16.722
TOTAL PO CI no Centro*		839	1.490.935	1.354.148	661.054

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

A maioria das operações aprovadas respeitavam a projetos de qualificação e internacionalização de pequenas e médias empresas (54,9%). No entanto, a grande maioria dos fundos aprovados (79,1%) destinavam-se a projetos de inovação nas empresas, uma vez que esta tipologia de projetos envolve valores médios de investimento e, conseqüentemente, de fundo comunitário muito elevados. De facto, enquanto a média de investimento elegível aprovado nos projetos de qualificação e internacionalização rondou os 316 mil euros, nos projetos de inovação cifrou-se nos 6,6 milhões de euros, envolvendo, em média, três milhões de euros de cofinanciamento por operação.

Sistema de incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (31 de março de 2017)



No Programa Operacional Capital Humano (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até março de 2017, na Região Centro, estavam aprovados 605 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 713 milhões de euros.

Cerca de 70% do apoio aprovado enquadrava-se na PI 10.4, destinando-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN tinham sido os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo comunitário).

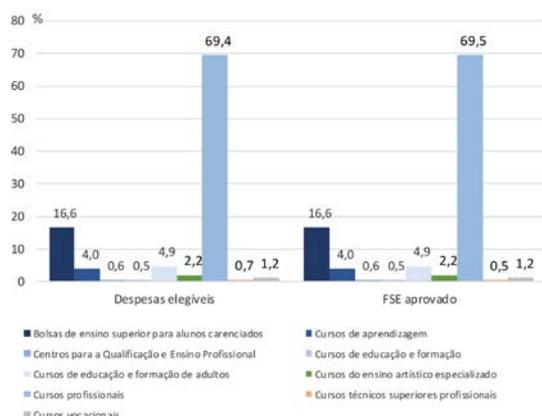
De entre as restantes ações, destacavam-se ainda as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (16,6%), respeitantes à PI 10.2, e os cursos de aprendizagem e de educação e formação de adultos (8,9%), que visam a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores através duma aprendizagem ao longo da vida (PI 10.3).

Quadro 17 - Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por prioridade de investimento e tipologia de operação, na Região Centro (31 de março de 2017)*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 10.1 - Abandono Escolar Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos de educação e formação	3.833	3.258
	Cursos do ensino artístico especializado	15.433	13.094
	Cursos vocacionais	8.775	7.458
PI 10.2 - Ensino Superior Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	Bolsas de ensino superior para alunos carenciados	118.391	100.632
	Cursos técnicos superiores profissionais (cursos TESP)	4.871	3.302
PI 10.3 - Aprendizagem ao Longo da Vida Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	28.329	24.080
	Centros para a Qualificação e Ensino Profissional	3.942	3.351
	Cursos de educação e formação de adultos	34.597	29.408
PI 10.4 - Orientação para o Mercado de Trabalho Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	495.099	420.460
TOTAL PO CH no Centro*		713.270	605.042

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro por tipologia de operação (31 de março de 2017)



No Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), que visa a promoção de uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, até ao final do primeiro trimestre de 2017, estavam já aprovados, na Região Centro, 249,4 milhões de euros de despesas elegíveis e 216,5 milhões de euros de FSE.

Quadro 18 - Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por prioridade de investimento e tipologia de operação, na Região Centro (31 de março de 2017)*

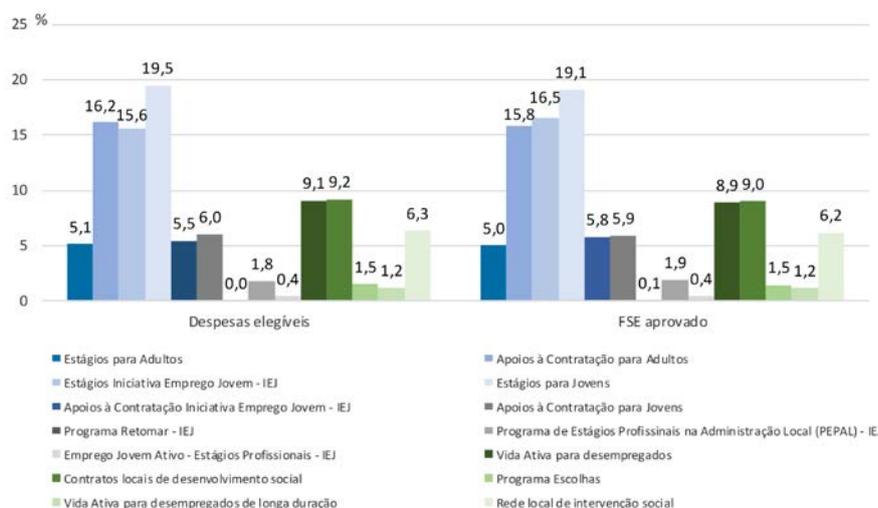
Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos	Estágios para Adultos	12.770	10.854
	Apoios à Contratação para Adultos	40.294	34.250
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38.850	35.742
	Estágios para Jovens	48.589	41.301
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13.642	12.550
	Apoios à Contratação para Jovens	15.031	12.776
	Vida Ativa - IEJ	6.387	5.876
	Programa Retomar - IEJ	119	109
	Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) - IEJ	4.506	4.146
	Emprego Jovem Ativo - Estágios Profissionais - IEJ	1.021	939
PI 8.5 - Adaptabilidade dos trabalhadores	Vida Ativa para desempregados	22.683	19.281
PI 9.1 - Inclusão ativa	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	22.967	19.522
	Programa Escolhas	3.778	3.212
	Vida Ativa para desempregados de longa duração (DLD)	2.971	2.525
PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis	Rede local de intervenção social (RLIS)	15.783	13.416
TOTAL PO ISE no Centro*		249.391	216.499

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Uma parte relevante do fundo aprovado (27,4%) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), integrada na PI 8.2, no âmbito de estágios, estágios profissionais em empresas e na administração local, de apoios à contratação e de inserção na vida ativa, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.

O cofinanciamento de ações de acesso ao emprego assumia também um valor relevante (26,7% do FSE aprovado), tratando-se de estágios e apoios à contratação de adultos (PI 8.1) e também de apoios à contratação de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (PI 8.2).

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro por tipologia de operação (31 de março de 2017)



De salientar ainda as ações destinadas a promover a inclusão ativa (PI 9.1), envolvendo os desempregados de longa duração, os contratos locais de desenvolvimento social (que visam promover a inclusão social dos indivíduos de forma multisetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades) e o programa escolhas (que visa a mobilização das comunidades locais para projetos de igualdade de oportunidades dirigidos a crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente aos descendentes de imigrantes e a minorias étnicas).

Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), até março de 2017, estavam aprovadas 678 operações que envolviam 290,3 milhões de euros de investimento elegível e 239,2 milhões de euros de fundo comunitário. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia uma despesa elegível de 428 mil euros e um cofinanciamento de 353 mil euros de fundos europeus.

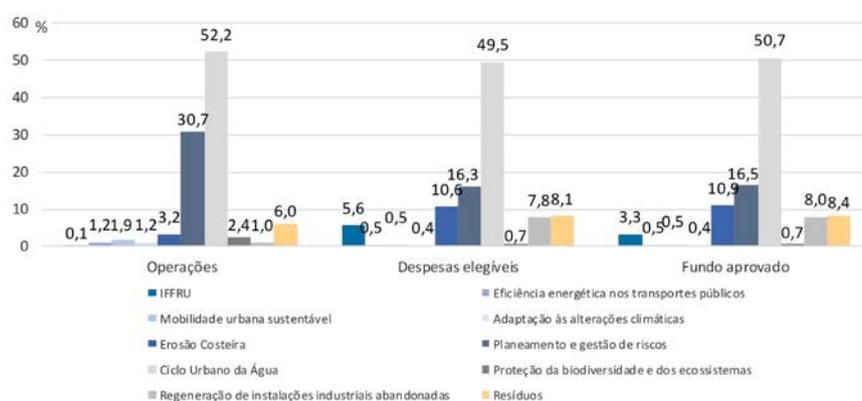
Quadro 19 - Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por eixo prioritário e categoria de intervenção, na Região Centro (31 de março de 2017)*

Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
Eixo I - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU)	1	16.400	8.000
	Eficiência energética nos transportes públicos	8	1.337	1.137
	Mobilidade urbana sustentável	13	1.415	1.203
Eixo II - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Adaptação às alterações climáticas	8	1.170	994
	Erosão Costeira	22	30.778	26.162
	Planeamento e gestão de riscos	208	47.271	39.437
Eixo III - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	354	143.831	121.317
	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	16	1.951	1.658
	Regeneração de instalações industriais abandonadas	7	22.621	19.228
	Resíduos	41	23.571	20.035
TOTAL PO SEUR no Centro*		678	290.345	239.170

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Cerca de 51% do valor de fundo comunitário aprovado respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro por categoria de intervenção (31 de março de 2017)



De destacar também as intervenções relacionadas com planeamento e gestão de riscos, que representavam 30,7% do volume de aprovações e 16,5% do incentivo aprovado, em que se incluem as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (com fundo comunitário aprovado de 12 milhões de euros), investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar e no aproveitamento hidráulico do rio Mondego e na prevenção de incêndios.

Os projetos de prevenção da erosão costeira absorviam 10,9% do fundo aprovado, destacando-se as operações de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos, de proteção costeira da Praia da Formosa e Praia Azul (Torres Vedras), de proteção do litoral da Região Centro entre as praias do Furadouro e Vieira e de proteção e recuperação do sistema dunar através do reforço do cordão dunar entre Ílhavo e Mira.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até março de 2017, na Região Centro, estavam aprovadas 2.520 operações, envolvendo uma despesa elegível de 325 milhões de euros e 170 milhões de euros de FEADER.

Quadro 20 - Aprovações no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) por áreas de intervenção e tipologia de operações, na Região Centro (31 de março de 2017)*

Áreas de intervenção	Operações	Operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
A1 - Inovação e conhecimento	Ações de formação	8	1.634	1.452
	Ações de informação	10	1.171	784
A2 - Competitividade e organização da produção	Jovens agricultores	633		9.062
	Investimento na exploração agrícola	847	170.811	76.764
	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	662	11.517	4.895
	Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	53	71.133	23.215
	Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	31	4.373	1.673
	Melhoria da eficiência dos regadios existentes	3	24.463	20.794
	Restabelecimento do potencial produtivo	29	366	209
A3 - Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima	Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais	8	7.039	4.528
	Investimentos não produtivos	3	31	22
	Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	42	2.234	1.771
	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	23	1.706	1.423
	Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	73	3.966	2.870
	Melhoria do valor económico das florestas	46	2.651	935
A4 - Desenvolvimento local	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	23		518
	Custos de funcionamento e animação	23	19.412	17.471
	Vida Ativa para desempregados de longa duração (DLD)	2.971	2.525	2.525
M2 - Assistência técnica	Assistência técnica	3	2.049	1.742
TOTAL PDR no Centro*		2.520	324.557	170.127

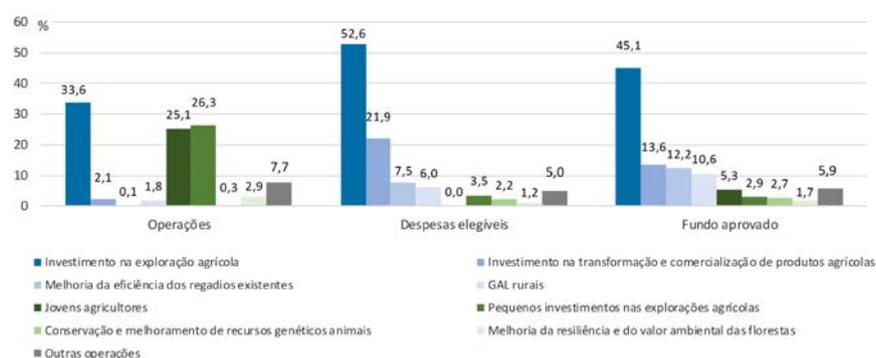
* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados no âmbito da operação "Investimento na exploração agrícola" (45,1% dos apoios), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (13,6% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes (12,2% do fundo aprovado), designadamente no aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, no bloco de rega do Boco (Marinha Grande) e das Salgadas (Leiria), e no aproveitamento hidroagrícola da Cela (Alcobaça).

De salientar também a área do desenvolvimento local, responsável por 10,6% do fundo comunitário aprovado, que corresponde às operações de qualificação dos 23 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que terão a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Os 18,0 milhões de euros de fundo comunitário aprovado nesta área de intervenção destinam-se a garantir o regular funcionamento do GAL para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL.

Fundo comunitário aprovado no âmbito Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) na Região Centro por tipologia de operações (31 de março de 2017)



Finalmente, no que se refere ao Programa Operacional MAR 2020, que visa apoiar as pescas, a 31 de março de 2017, na Região Centro, tinham já sido aprovados 4,0 milhões de euros de despesa elegível e 2,9 milhões de euros de FEAMP, num total de 58 operações.

Cerca de 35% do fundo aprovado destinava-se às parcerias de desenvolvimento local costeiro organizadas, no caso da Região Centro, em cinco grupos de ação local no setor das pescas (GAL-Pesca): GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar (estas parcerias visam aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura).

Destacavam-se também os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos (23,6% dos apoios aprovados), particularmente nos municípios de Ílhavo e Peniche, e os apoios à cessação temporária da atividade de pesca concedidos na Nazaré, Figueira da Foz, Peniche e Ílhavo (16,5%).

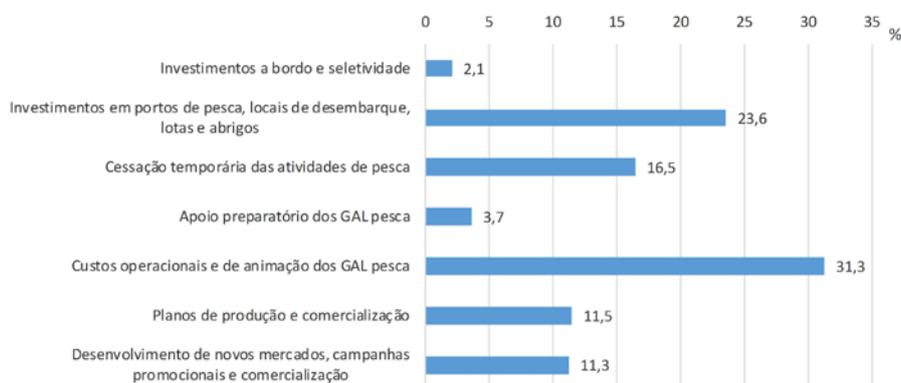
Quadro 21 - Aprovações no MAR 2020 por prioridades estratégicas e medidas, na Região Centro (31 de março de 2017)*

Prioridades estratégicas	Medidas	Operações	Despesa elegível	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
P1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva	Investimentos a bordo e seletividade	6	83	62
	Investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	7	911	683
	Cessação temporária das atividades de pesca	30	954	477
P4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC)	Apoio preparatório dos GAL pesca	5	125	106
	Custos operacionais e de animação	5	1.066	906
P5 - Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	Planos de produção e comercialização	4	445	333
	Desenvolvimento de novos mercados, campanhas promocionais e comercialização	1	435	326
TOTAL MAR2020 no Centro*		58	4.019	2.895

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

A prioridade estratégica 5, que visa melhorar a organização do mercado e incentivar o investimento na comercialização e transformação dos produtos da pesca e aquicultura, absorvia 22,8% do fundo aprovado, traduzindo-se em apoios à elaboração de planos de produção e comercialização das organizações de produtores do setor das pescas (11,5%) e ao desenvolvimento de novos mercados, campanhas promocionais e comercialização (11,3%), tratando-se, neste último caso, da participação nas edições de 2016 e 2017 da “European Seafood Exhibition”, um reconhecido certame de produtos da pesca.

Fundo comunitário aprovado no âmbito MAR 2020 na Região Centro por medidas (31 de março de 2017)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7 e n.º 8

Autoridade de Gestão do Centro 2020

Sistema de Incentivos - Compete 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2017 foi recolhida até ao dia 14 de junho de 2017.

